

Produção industrial em 2005: dificuldades maiores para o RS

Sílvia Horst Campos*

Economista da FEE e Professora da FACE-PUCRS.

Maria Lucrecia Calandro*

Economista da FEE e Professora da FACE-PUCRS.

Artigo recebido em 17 jan. 2006.

O desempenho das indústrias brasileiras e gaúchas em 2005, avaliado pelos indicadores usuais de quantificação do nível de atividade econômica, reflete, por um lado, as vicissitudes do clima — seca no sul do País — e os malefícios ocasionados pela política de controle da inflação, baseada em juros elevados, real valorizado e elevados superávits fiscais, e, por outro, os benefícios da expressiva taxa de expansão do comércio internacional. O crescimento das exportações foi de tal ordem que amenizou os efeitos recessivos da política econômica e possibilitou uma expansão moderada da atividade industrial brasileira — a taxa acumulada no período jan.-nov./05 ficou em 3,1%.

Esse resultado contraria as previsões iniciais de continuidade do bom desempenho verificado em 2004: a excelente *performance* da produção industrial observada no trimestre abr.-jun./05, cuja taxa de crescimento estimulou a realização de estimativas otimistas para o desempenho anual da indústria brasileira. O comportamento dos indicadores relativos ao terceiro trimestre, contudo, frustrou a maioria das previsões e, dessa vez, levou à revisão das projeções para níveis inferiores.

Apesar da trajetória descendente, a indústria brasileira deverá encerrar o ano de 2005 com uma taxa de crescimento positiva, ainda que bastante reduzida, que pode ser creditada ao bom desempenho das vendas externas de *commodities* e à expansão das vendas de bens de consumo duráveis. As vendas externas foram impulsionadas pelos elevados preços das *commodities*, pelo

extraordinário volume de compras chinesas, sobretudo produtos metálicos e petróleo, e pela notável expansão da economia global. Esses fatores foram de tal ordem que, embora a taxa de câmbio tenha-se mantido desfavorável para as empresas brasileiras, foi possível alcançar um superávit de US\$ 44.762 bilhões no ano.

Na primeira parte deste artigo, analisam-se os indicadores de produção física industrial do Brasil (Indic. IBGE, 2005), examinando os segmentos com os melhores e os piores desempenhos, tanto por categorias de uso como por atividade. A segunda parte explora as dificuldades do RS no ano em análise, que superaram em larga escala as do quadro nacional e que colocaram a indústria gaúcha numa trajetória de queda da produção e dos níveis de emprego. Também serão analisadas as melhores e as piores *performances* segundo os ramos de atividade.

Desempenho industrial: outro ano desfavorável para a indústria brasileira

O desempenho industrial brasileiro em 2005, avaliado pelo indicador de produção física (Indic. IBGE, 2005) relativo aos meses de janeiro a novembro, repete o fraco resultado observado em 2003. Nesse ano, um conjunto de fatores sustentou a opção do Governo pela implementação de uma política monetária austera: ocorreram quedas significativas nos níveis de produção e de emprego da economia brasileira; e o crescimento da pro-

* As autoras agradecem à colega Clarisse Chiappini Castilhos pelos comentários e pelas sugestões ao texto e à estagiária Cristiane Fumegalli pelo apoio técnico fornecido.

dução física da atividade fabril foi praticamente nulo nesse ano (0,04%) para a indústria geral.

A essa fase de quase-estagnação seguiu-se um ano de expansão expressiva: em 2004, a produção física alcançou um patamar mais elevado, com taxa de crescimento de 8,30%. Dentre os fatores determinantes desse patamar elevado de produção, destaca-se a política de redução gradual dos juros, implementada ainda no primeiro trimestre do ano. Contribuíram ainda o excelente desempenho das exportações e o crescimento da renda e do emprego, que sustentaram taxas elevadas de crescimento da atividade industrial.

A continuidade da expansão da produção física industrial, no entanto, ficou comprometida com a retomada da política de elevação da taxa de juros. A partir de setembro de 2004, o Bacen deu início a um novo ciclo de alta da taxa de juros,¹ que ocasionou uma desaceleração no ritmo de crescimento da atividade produtiva no começo de 2005.²

A Tabela 1 apresenta as taxas de crescimento da produção física da indústria brasileira, por categorias de uso, nos anos de 2003 e 2004 e as taxas acumuladas ao longo de 2005, comparadas com igual período do ano anterior. Evidenciam-se, nessa tabela, o fraco desempenho da atividade manufatureira em 2003 e a recuperação ocorrida em 2004. No primeiro trimestre de 2005, embora a produção física tenha alcançado taxas de crescimento positivas em todas as categorias de uso, a taxa da indústria geral ficou aquém da esperada. Já no segundo trimestre, o resultado superou o indicado pelos indicadores antecedentes do nível de produção, o que contribuiu para uma taxa acumulada elevada no período jan.-jun./05, sustentando a realização de estimativas otimistas para o desempenho industrial anual. Os resultados do terceiro trimestre, contudo, mostraram uma inversão de tendência. A forte contração da atividade produtiva foi recebida com perplexidade pelos agentes econômicos e sepultou as previsões otimistas, em es-

pecial a do Banco Central, de um crescimento de 3,4% para o PIB em 2005.³

Em termos de categorias de uso, constata-se, na Tabela 1, que o crescimento da produção manufatureira em 2005 foi liderado pelos segmentos produtores de bens de capital e de bens de consumo, à semelhança do que ocorreu em 2004. Os bens de consumo duráveis mantiveram, ao longo do período jan.-nov./05, o ritmo acelerado de expansão, agora com taxas de crescimento menores, porém ainda superiores a 10%, sustentadas pelas vendas de eletrodomésticos, automóveis e telefones celulares. Já no segmento bens de capital, houve uma redução brutal das taxas de crescimento da produção física entre 2004 e 2005, embora ainda tenha registrado uma taxa positiva.

Os bens semiduráveis e os não duráveis, após a contração na produção de 3,9% em 2003, conseguiram uma recuperação bastante modesta nos dois anos subsequentes, resultado que pode ser atribuído à redução da taxa de desemprego e à pequena elevação da massa salarial em 2005. A menor taxa coube ao segmento de produtos intermediários (1,0%), explicada, em larga medida, pelo menor nível de atividade manufatureira. Destacam-se, com os piores desempenhos, os subsectores alimentos e bebidas elaborados e insumos industriais elaborados e, com contribuição positiva, os subsectores insumos industriais básicos e combustíveis e lubrificantes básicos, com maiores ganhos de produção nos itens minérios de ferro e petróleo.

A trajetória descendente da produção física fica evidenciada na Tabela 2, que mostra a evolução da produção física por trimestre em comparação com o trimestre imediatamente anterior. Destacam-se o patamar claramente inferior da produção industrial em 2005 e a trajetória declinante da atividade fabril iniciada em agosto de 2004. Nesse contexto, o patamar atingido no segundo trimestre de 2005 constituiu-se em um “evento não esperado”, não sustentando as previsões otimistas realizadas em fins de 2004 e em meados de 2005.

Os primeiros resultados da atividade fabril em 2005 mostraram que essas posições eram demasiadamente otimistas: a variação do 1º trim./05 em relação ao 4º trim./04 foi negativa em 0,2%, alcançando taxas positivas apenas a categoria de bens de consumo. A produção desses bens, em que pese a elevação da taxa Selic

¹ “A partir de setembro de 2004, o Bacen reverteu a tendência da política monetária e deu início a um ciclo de alta da taxa de juros — que havia ficado inalterada entre abril e agosto —, elevando a taxa Selic de 16,25% em setembro para 17,25% em novembro. A postura mais restritiva da política monetária esteve associada à propagação de choques — como, por exemplo, a alta do preço do petróleo no mercado internacional — e à aceleração do crescimento da demanda, provocando a deterioração das expectativas inflacionárias tanto para esse ano quanto para o próximo.” (Moreira, 2005, p. 42).

² Na comparação com igual período de 2004, a taxa de crescimento da indústria geral ficou em 3,85%. Isto porque os primeiros meses de 2003 se caracterizaram por um baixo nível de atividade produtiva.

³ Em setembro, o índice de produção física da indústria geral, mês/mês do ano anterior, registrou queda de 2,0%. Nos meses de outubro e novembro, embora as taxas tenham sido positivas, ficaram em um nível bem aquém do esperado: 0,4% e 0,6% respectivamente.

a partir de setembro de 2004, foi estimulada pela expansão do crédito para pessoas físicas e pelo aumento da massa salarial, que repercutiram em acréscimo das vendas do comércio varejista. Melhor resultado foi obtido no 2º trim./05 (1,9%), o que parecia indicar a retomada do crescimento industrial. Tal expansão foi sustentada pelos aumentos da produção de bens de capital e de bens de consumo duráveis, este último segmento registrando uma taxa de crescimento bastante expressiva.

Os resultados do 3º trim./05, no entanto, surpreenderam negativamente: a produção física caiu 0,7% em relação ao trimestre anterior, com redução das quantidades produzidas em quase todos os segmentos industriais. Apenas a categoria bens de capital obteve uma taxa positiva, ainda que inexpressiva (0,5%). Essa queda na produção industrial teve como principal determinante a elevação da taxa de juros estabelecida pelo Bacen a partir de setembro de 2004. A categoria bens de consumo duráveis, que vinha mantendo um bom ritmo de crescimento, apesar das altas taxas de juros, também registrou uma taxa negativa no trimestre. Esse resultado decorreu, em grande parte, da redução da oferta de crédito consignado, visto que os consumidores estavam chegando ao limite de sua capacidade de endividamento. Alguns produtos, como veículos e celulares, conseguiram utilizar como alternativa ao encolhimento do mercado interno o direcionamento ou a ampliação de suas vendas para o exterior; outros, como no caso dos eletrodomésticos e dos semiduráveis, como vestuário e calçados, enfrentaram, além da queda nas vendas internas, a crescente concorrência com produtos oriundos dos países asiáticos. Ou seja, nos segmentos onde a concorrência se dá sobretudo via preços, o câmbio apreciado reduz a competitividade externa desses produtos e facilita a entrada de produtos similares.

Uma análise mais desagregada da produção física da indústria brasileira no período em estudo pode ser vista na Tabela 3, que apresenta as taxas acumuladas até os meses de março, junho, setembro e novembro de 2005 das diversas seções e atividades industriais. As maiores taxas foram registradas pela indústria extrativa, sobretudo a partir do segundo trimestre, atribuídas ao bom desempenho dos itens minérios de ferro e petróleo. A indústria de transformação, por sua vez, com exceção do segundo semestre, manteve uma trajetória de desaceleração do ritmo de crescimento da produção física iniciada no segundo semestre de 2004.

No indicador acumulado no ano (jan.-nov./05) frente a igual período do ano anterior, observam-se os bons desempenhos dos segmentos relativos aos bens de con-

sumo duráveis: material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (14,6%); máquinas, aparelhos e materiais elétricos (6,2%); veículos automotores (6,9%); com destaque para aparelhos celulares, eletrodomésticos e automóveis respectivamente. A produção de automóveis alcançou, em 2005, o maior volume da história da indústria: 2,447 milhões de unidades, o que representa um aumento de 10,7% em relação ao ano anterior, impulsionado pelas vendas externas. As exportações também tiveram um crescimento recorde — 33,5% em relação a 2004 —, contrariando o discurso pessimista dos executivos das montadoras (Produção..., 2006, p. 10). Nos dois últimos meses do ano, sobretudo em dezembro, a redução dos juros e as promoções realizadas pelas montadoras criaram um cenário favorável para a realização de vendas recordes no mercado interno.

No segmento bens de capital, o pior desempenho ficou com a indústria de máquinas e equipamentos agrícolas, que sofreu os impactos tanto dos juros elevados quanto da estiagem que castigou os estados do sul do País.

Nas categorias bens de consumo semiduráveis e não duráveis, as atividades voltadas para o mercado externo tiveram o pior desempenho, prejudicadas pelo câmbio valorizado, cujos efeitos se tornaram mais severos a partir do terceiro trimestre, refletidos na redução da rentabilidade tanto da receita líquida quanto do patrimônio. Destacam-se, aqui, as atividades calçados e artigos de couro e mobiliário. Esses produtores estão sendo duplamente impactados pelo real apreciado. Por um lado, seus produtos perdem competitividade no mercado externo e, por outro, reduzem participação no mercado doméstico, com a crescente concorrência, sobretudo, de produtos oriundos de países asiáticos.

Em suma, apesar de os fatores favoráveis ao crescimento industrial ainda estarem presentes, basicamente exportações e crédito ao consumidor, já aparecem alguns sinais de esgotamento dessas fontes de dinamismo.

“Sem dúvida, a conjuntura internacional permanece bastante favorável e isso vem se refletindo nas estatísticas sobre exportações, no entanto observa-se uma contribuição importante do aumento de preços em alguns produtos de alta participação na pauta de exportações, ou seja, o efeito preço vem sendo mais importante que o aumento nas quantidades exportadas.” (Gonzaga; Salles, 2005, p. 18).

No caso de calçados e móveis, segmentos com maior abertura às exportações, a produção vem sendo reduzida tanto pela perda de competitividade no mercado inter-

nacional como também pelo aumento de importados no mercado doméstico. Em relação ao crédito ao consumidor, por sua vez, observa-se uma estabilização, que pode

estar refletindo "(...) um certo esgotamento na capacidade de endividamento do consumidor" (Gonzaga; Salles, 2005, p. 18).

Tabela 1

Taxas de crescimento acumuladas da produção física da indústria, por categorias de uso, no Brasil — 2003/05

SEGMENTOS	2003 (Jan.-dez).	2004 (Jan.-dez).	2005			
			Jan.-Mar.	Jan.-Jun.	Jan.-Set.	Jan.-Nov.
Bens de capital	2,16	19,70	2,49	3,84	3,35	3,22
Bens intermediários	2,02	7,38	1,54	2,41	1,31	1,01
Bens de consumo	-2,67	7,33	6,78	8,79	7,27	6,01
Duráveis	2,96	21,84	11,94	16,70	13,83	11,16
Semiduráveis e não duráveis	-3,86	4,03	5,44	6,67	5,52	4,63
Indústria geral	0,04	8,30	3,85	5,01	3,77	3,07

(%)

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL; número-índice. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 jan. 2006.

NOTA: Os dados têm como base o mesmo período do ano anterior = 100.

Tabela 2

Taxas de variação da produção física industrial, por categorias de uso, no Brasil — 1º trim./04-3º trim./05

SEGMENTOS	2004				2005		
	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.	4º Trim.	1º Trim.	2º Trim.	3º Trim.
Bens de capital	-0,3	5,7	1,2	0,5	-1,4	3,0	0,5
Bens intermediários	1,6	2,7	2,8	-0,5	-1,8	2,4	-0,7
Bens de consumo duráveis	1,8	5,5	5,3	1,3	3,2	8,3	-4,4
Bens de consumo não duráveis	0,1	0,8	0,8	2,6	3,2	-0,8	-0,6
Indústria geral	0,2	2,6	2,6	0,7	-0,2	1,9	-0,7

(%)

FONTE: INDICADORES IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física Brasil. Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibge/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/default.shtm>. Acesso em: 04 jan. 2006.

NOTA: Os dados têm como base o trimestre imediatamente anterior = 100; série com ajuste sazonal.

Tabela 3

Taxas de crescimento acumuladas da produção física industrial, por seções e atividades,
no Brasil — jan.-dez./04-jan.-nov./05

(%)

SEÇÕES E ATIVIDADES	NOV/05 (1)	ACUMULADAS NO ANO (2)				
		2004 (Jan.-dez).	2005			
			Jan.-mar.	Jan.-jun.	Jan.-set.	Jan.-nov.
Indústria geral	0,57	8,30	3,85	5,02	3,73	3,07
Indústria extrativa	10,54	4,28	5,14	10,40	10,16	10,25
Indústria de transformação	0,08	8,52	3,78	4,74	3,39	2,70
Alimentos	-1,14	4,12	2,37	3,29	1,39	0,79
Bebidas	5,04	5,81	7,18	10,07	7,57	6,51
Fumo	6,41	18,94	-16,69	-3,75	-2,09	-1,08
Têxtil	-3,70	10,11	1,46	1,39	-1,47	-2,31
Vestuário e acessórios	-8,63	1,54	4,62	3,80	-2,67	-4,30
Calçados e artigos de couro	-8,62	2,33	2,48	2,50	-1,29	-2,88
Madeira	-6,22	7,68	1,57	1,41	-2,70	-4,25
Celulose, papel e produtos de papel	3,25	7,92	3,19	3,81	2,97	2,96
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,99	-2,39	11,02	12,33	13,04	11,08
Refino de petróleo e álcool	-0,63	2,32	-3,77	-0,07	2,36	2,09
Farmacêutica	16,87	0,95	14,79	11,76	13,00	13,36
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	0,76	11,89	10,66	10,43	5,29	3,83
Outros produtos químicos	-3,00	6,95	-0,30	-0,35	-0,89	-1,02
Borracha e plástico	0,98	7,77	-1,52	0,57	-0,96	-0,93
Minerais não-metálicos	2,07	4,85	4,56	5,00	3,10	2,65
Metalurgia básica	-0,52	3,35	-0,31	-2,14	-2,66	-2,36
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	-1,96	9,97	5,32	4,51	1,27	0,27
Máquinas e equipamentos	-7,02	16,14	5,13	4,02	0,26	-1,37
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	46,64	33,54	-6,83	0,48	9,63	15,77
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	21,12	7,06	2,00	3,28	3,76	6,19
Material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações	-11,54	17,79	12,43	21,46	20,63	14,64
Equipamentos de instrumentação médico-hospitalar, óticos e outros	-6,48	8,30	10,83	7,12	4,95	2,74
Veículos automotores	1,13	29,86	12,09	12,22	8,48	6,94
Outros equipamentos de transporte	1,82	10,30	4,37	5,49	5,90	5,24
Mobiliário	1,47	6,86	-5,37	2,35	0,00	-0,16
Diversos	-0,04	10,78	14,12	9,18	10,75	8,62

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL; número-índice (2004/2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em:
<http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2005.

NOTA: Série com ajustamento sazonal.

(1) Os dados têm como base igual mês do ano anterior. (2) Os dados têm como base igual período do ano anterior.

Indústria brasileira e resultados regionais: tendência declinante

Conforme alertado desde o final do primeiro semestre, as previsões otimistas acerca do desempenho do setor industrial do Rio Grande do Sul em 2005 enunciadas no início do ano não se confirmaram. De fato, a indústria gaúcha acumulou sucessivas taxas de crescimento negativas ao longo do ano, chegando, em novembro, com uma das piores *performances* anuais desde o começo da série histórica dos indicadores industriais de produção física calculados pelo IBGE, em 1992: -3,8%.⁴ Além disso, é importante salientar que esse resultado negativo indica um descompasso com o desempenho de outros estados e da média nacional, pois, com exceção do Ceará (-1,1%), as demais taxas de crescimento da produção industrial regional acumuladas no período jan.-nov./05, na comparação com o mesmo período de 2004, foram positivas.

Amazonas (13,5%), Minas Gerais (6,4%), Pará (3,8%), São Paulo (3,8%) e Bahia (3,5%) foram os estados que exibiram variações positivas acima da média nacional de 3,1% no indicador acumulado no ano. Abaixo dessa média, porém ainda positivas, têm-se as indústrias de Goiás (3,2%), Pernambuco (2,3%), Rio de Janeiro (1,9%), Espírito Santo (1,8%), Paraná (1,0%) e Santa Catarina (0,4%). O importante a assinalar, contudo, é a tendência generalizada de declínio, que pode ser detectada no exame da evolução mensal, a despeito da existência de matrizes produtivas diferenciadas, que norteiam respostas diferentes em termos de desempenho exportador ou voltado para o mercado doméstico.

O declínio da atividade industrial gaúcha também pode ser observado no comportamento do índice anualizado (acumulado em 12 meses), na comparação trimestral e no confronto novembro de 2005/novembro de 2004, respectivamente, -3,4%, -3,6% e -6,6%. Nesta última comparação, verifica-se que metade dos índices regionais apresentaram resultados negativos, "(...) confirmando a continuidade do processo de desaceleração

da indústria brasileira iniciado a partir do segundo trimestre deste ano" (Garcia, 2005, p. 10). Na comparação em bases trimestrais, a acentuação da desaceleração pode ser detectada na passagem do segundo para o terceiro trimestre, pela diminuição da produção em praticamente todos os locais pesquisados, passando de um (Rio Grande do Sul) para cinco (Ceará, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) os estados com taxas negativas. O destaque é para a indústria gaúcha, que completou três trimestres com *performance* negativa (Indic. IBGE, 2005a).

As repercussões negativas relativamente maiores para o Rio Grande do Sul do que para outros estados do País refletem as especificidades da estrutura industrial local, que é fortemente articulada com a atividade agropecuária e com o setor exportador. Ou seja, as mesmas especificidades que garantiram um diferencial positivo no desempenho da indústria gaúcha em 2003 e 2004 são agora elementos que restringem o seu crescimento. A falta de dinamismo do setor agrícola, que deixa de impulsionar atividades como a produção de fumo, fertilizantes, defensivos agrícolas, tratores e colheitadeiras de um lado, e a perda de rentabilidade dos segmentos exportadores, devido à apreciação cambial do real, que provoca queda na produção e na fabricação de produtos intensivos em mão-de-obra, como calçados, de outro lado, são exemplos claros dessa situação.

O descompasso entre a *performance* da indústria gaúcha e a dos demais locais pesquisados pelo IBGE também transparece na comparação direta com o comportamento da indústria brasileira. No Gráfico 1, que apresenta as taxas de crescimento do indicador acumulado nos últimos 12 meses, observa-se uma trajetória declinante em ambos os casos, embora com intensidade crescentemente diferente, refletindo a ampliação de uma disparidade iniciada no final de 2004.⁵

O aprofundamento da crise da indústria gaúcha contrasta com a *performance* de recuperação obtida em 2004 e com a de desaceleração relativamente suave do setor em nível nacional, inserida numa conjuntura econômica favorável associada às possibilidades de obtenção de sucessivos recordes nas exportações e ao crescimento da demanda doméstica na esteira de melhores

⁴ Esse desempenho tão desfavorável também foi observado pelo Índice de Desempenho Industrial do Rio Grande do Sul (IDI-RS), medido pela FIERGS: "O resultado do acumulado em 2005 é o pior desde o começo da série histórica do IDI (1992), sendo que todas as variáveis foram negativas: vendas (-8,89%), compras (-9,86%), salários (-1,06%), horas trabalhadas na produção (-2,12%) e utilização da capacidade instalada (-3,56%)" (Desempenho..., 2005).

⁵ Scherer (2005), em sua análise sobre o desempenho da indústria no primeiro semestre de 2005, identificou um distanciamento das trajetórias das indústrias brasileira e gaúcha em bases mensais, principalmente a partir de novembro de 2004, interrompendo um longo período em que essas curvas vinham intercalando posições e se movimentando em sentidos contrários, em vários momentos.

condições de crédito e recuperação da massa de salários reais decorrentes da expansão do emprego e da estabilidade de preços (Balanço..., 2005).

O intenso processo de retração da atividade industrial gaúcha repercutiu negativamente sobre os níveis de emprego e renda, configurando, também com relação a esse aspecto, um distanciamento com a realidade do mercado de trabalho nacional. No Brasil, comparando o acumulado dos primeiros 10 meses de 2005 com igual período de 2004, observa-se que a geração de postos de trabalho e a massa salarial continuam crescendo a taxas positivas, apenas com menor intensidade. No Rio Grande do Sul, contudo, a geração de novos postos de trabalho na indústria de transformação foi negativa, com o fechamento líquido de 7,5 mil postos de trabalho formais, repetindo o momento desfavorável vivenciado em 1998 e registrando o pior desempenho entre todos os estados brasileiros em 2005. A estiagem, a valorização do real e as altas taxas de juros impactaram mais fortemente segmentos industriais importantes para a economia gaúcha, tais como o complexo coureiro-calçadista, o maior empregador do setor industrial gaúcho, com 170 mil empregados, que diminuiu o quadro em 12,7 mil funcionários; o complexo metal-mecânico, que emprega 107 mil empregados e que fechou 3,3 mil vagas no segmento de máquinas e equipamentos para a agricultura; e a

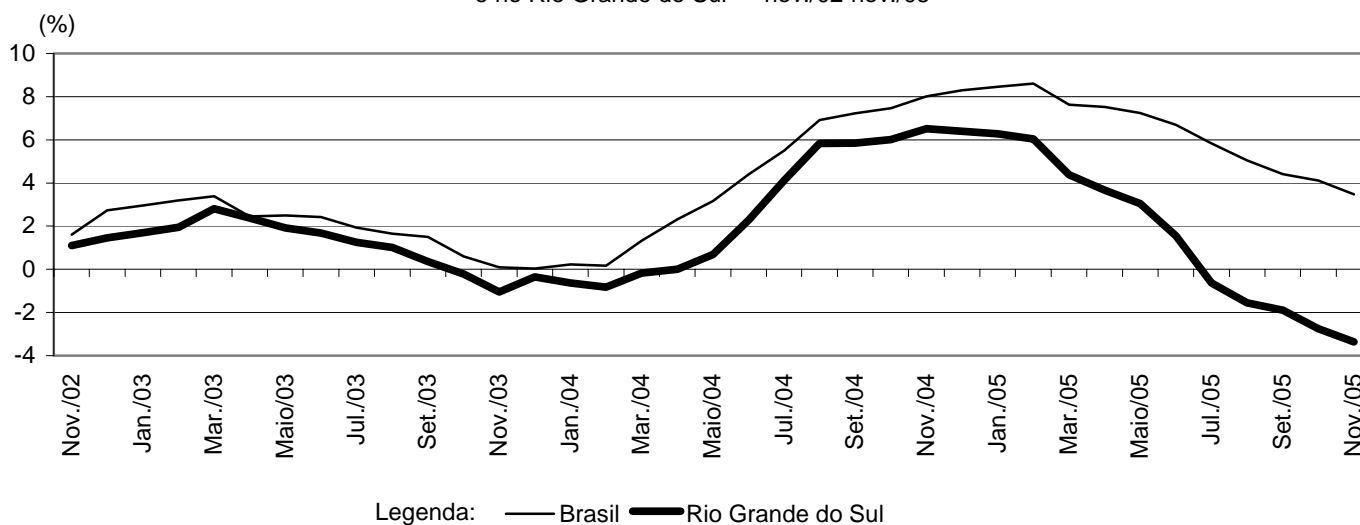
indústria do mobiliário, que demitiu 1,7 mil em 2005. Dentre as contribuições positivas, destaca-se o setor de alimentos, o segundo maior empregador da indústria gaúcha, que contribuiu com 4,4 mil novos postos de trabalho nos primeiros 10 meses de 2005, e os setores de materiais plásticos e confecções de vestuário, responsáveis pela geração de 1,7 mil novas vagas (Ano..., 2006).

O comportamento das variáveis pessoal ocupado assalariado, folha de pagamento real e número de horas pagas na indústria do Rio Grande do Sul, no período out./03-out./05, pode ser visualizado no Gráfico 2. De imediato, chama atenção a piora do desempenho desse conjunto de variáveis ao longo do ano de 2005, configurando a situação difícil que vem sendo enfrentada pelo mercado de trabalho industrial.

As menores perdas foram as registradas pela variável folha de pagamento real, que reflete a massa salarial, um possível indicativo de que os fechamentos de postos de trabalho, notadamente nos setores intensivos em mão-de-obra, se concentraram nas faixas de remuneração inferiores. A diminuição do número de horas pagas, principalmente nos setores de calçados e artigos de couro e máquinas e equipamentos, por sua vez, acompanhou a tendência declinante da curva de pessoal ocupado assalariado.

Gráfico 1

Taxas de crescimento acumuladas da produção física da indústria geral no Brasil e no Rio Grande do Sul — nov./02-nov./05

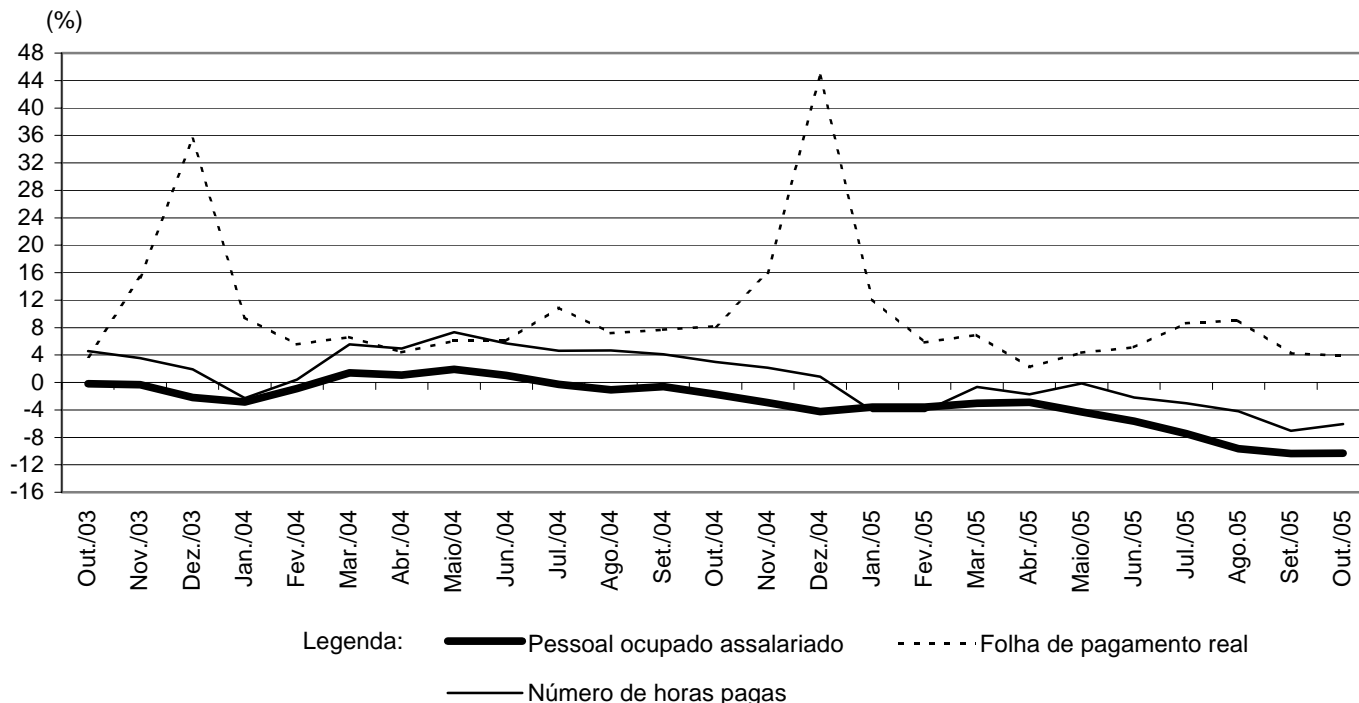


FONTES: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL: número índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2002/2005. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br> Acesso em: 13 jan. 2005.

NOTA: Os dados têm como base os índices dos 12 meses anteriores.

Gráfico 2

Taxa de crescimento do pessoal ocupado assalariado, da folha de pagamento real e do número de horas pagas na indústria geral, no RS — out./03-out./05



FONTE: PESQUISA INDUSTRIAL MENSAL DE EMPREGO E SALÁRIO: Brasil — número-índice. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/> Acesso em: 10 jan. 2005.

NOTA: Os dados têm como base o índice de base fixa mensal sem ajuste sazonal.

O desempenho frustrante da indústria gaúcha em 2005

A conjunção de fatores de natureza macroeconômica e local produziu um efeito devastador, inclusive sobre o agregado da economia gaúcha em 2005, de modo que as estimativas preliminares sobre o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) dos principais setores de atividade apontam resultados negativos. Segundo as estimativas realizadas pela Fundação de Economia e Estatística (FEE), o Valor Agregado Bruto (VAB) da economia gaúcha decresceu 4,8% em 2005, sendo a maior queda a apresentada pela agricultura (-15,2%), seguida da indústria (-4,8%) e de serviços (-0,5%).

As condições adversas que caracterizaram o ano de 2005 no âmbito macroeconômico, dentre elas a valorização cambial frente ao dólar e a manutenção das ta-

xas de juros em patamar elevado, paralelamente à forte estiagem nos primeiros meses do ano, que afetou a produção agrícola e a disponibilidade de matéria-prima para algumas agroindústrias, ao aumento de alíquotas do ICMS e às restrições impostas pelo Governo do Estado ao uso dos créditos de ICMS nas vendas externas (Lei Kandir), no plano regional, impuseram dificuldades expressivas ao desempenho do setor industrial e do agregado da economia estadual. Os efeitos da estiagem e a valorização do câmbio podem ser eleitos como as mais relevantes.

Conforme já foi mencionado anteriormente neste artigo, o desempenho da indústria gaúcha é, em grande parte, balizado por um conjunto de especificidades locais, com destaque para a estreita vinculação com o agronegócio e com o setor exportador. Em consequência, quando ocorrem problemas em um ou em ambos os setores, é muito provável que o desempenho da indústria como um todo seja afetado. Foi o que aconteceu em 2005.

A menor produção de grãos, como soja (-56%), milho e arroz, decorrente da estiagem significou menos matéria-prima para a indústria, menos demanda por defensivos, máquinas e implementos agrícolas e também menos mercadorias disponíveis para exportação. Por outro lado, apesar do aumento das exportações em dólares, o câmbio apreciado representou perda de rentabilidade para o setor exportador e perda de competitividade do produto local, por provocar uma elevação dos preços dos produtos nacionais *vis-à-vis* aos estrangeiros. Na pauta de exportações do Rio Grande do Sul, são menos representativas as matérias-primas e os produtos primários, cuja demanda e preços foram majorados em função da presença da China como grande país comprador, como acontece em nível de Brasil. Aqui são representativos os produtos também produzidos e exportados por aquele país, tais como calçados e artigos de couro e mobiliário, onde o efeito do acirramento da concorrência sobre os preços internacionais se mostra amplamente desfavorável para a indústria local.

A análise do desempenho da atividade da indústria em termos de ramos industriais, utilizando o índice de produção física divulgado pelo IBGE, amplia o entendimento dos movimentos de expansão e retração que ocorrem no interior do setor industrial e reflete a ampla diversidade de representatividade das atividades manufatureiras. Considerando o indicador acumulado no ano até novembro comparado com o mesmo período em 2004, observa-se, na Tabela 4, que as contribuições negativas mais importantes para a formação da taxa média da indústria gaúcha de -3,8% foram dadas pelos ramos máquinas e equipamentos (-19,3%), calçados e artefatos de couro (-5,0%), outros produtos químicos (-5,9%) e mobiliário (-10,1%), representados, respectivamente, por máquinas para colheita e semeadores; tênis de couro; polietileno de baixa densidade; estantes de madeira (Indic. IBGE, 2005a). As principais contribuições positivas, por sua vez, vieram dos ramos alimentos (3,9%) e refino de petróleo e produção de álcool (5,0%), impulsionados pela expansão da produção de arroz semibranqueado, de carne bovina e de naftas para petroquímica respectivamente.

Sete ramos apresentaram desempenho superior à média da indústria no acumulado dos primeiros 10 meses do ano (-3,8%), mas, destes, apenas o de alimentos e o de refino de petróleo e álcool foram melhores em 2005 do que em 2004. Quanto aos ramos que tiveram uma *performance* abaixo da média regional, todos pioraram na comparação com o ano anterior. Alguns já apresentaram taxas fortemente negativas no primeiro trimestre, com destaque para máquinas e equipamentos

(-16,6%), fumo (-22,7%) e mobiliário (-13,7%), todos ligados à agroindústria e voltados para o mercado externo. Destaca-se, de imediato, como causa principal dessa *performance* negativa, que perdurou ao longo de todo o ano, conforme pode ser observado na Tabela 4, a forte estiagem que castigou o Rio Grande do Sul paralelamente à continuidade do processo de valorização do real.

O acentuado recuo na produção de máquinas e equipamentos pode ser comprovado com base em dados da Anfavea, visto que, no Rio Grande do Sul, esse segmento é, em grande parte, representado pela fabricação de tratores e colheitadeiras, concentrando cerca de 60% no segmento tratores de rodas e 70% no de colheitadeiras em nível nacional. Conforme a **Carta da Anfavea** (2005), a produção e as vendas internas de máquinas agrícolas automotrizes diminuíram, respectivamente, 20,1% e 39,0% no período jan.-nov./05, quando comparado com igual período de 2004.⁶ É importante observar-se, por sua vez, que esse desaquecimento repercutiu de modo desfavorável sobre a produção de autopeças do Estado, contribuindo, juntamente com a desaceleração da produção de caminhões, para a obtenção de uma taxa de crescimento negativa no segmento veículos automotores (-2,3%).

Diferentemente de momentos anteriores, em que a exportação constituiu uma alternativa para a manutenção dos patamares de produção frente a uma redução da demanda interna, dessa vez a valorização do real frente ao dólar, paralelamente à estabilidade dos preços internacionais das máquinas e equipamentos agrícolas, reduziu a receita em reais das exportações das indústrias. O recuo nas quantidades produzidas acarretou expressivas perdas de postos de trabalho durante o ano e levou o Governo Federal a negociar os débitos dos produtores rurais e a adotar medidas para estimular o investimento em máquinas agrícolas mediante a redução, de 5% para 0%, da alíquota do IPI sobre tratores agrícolas.

Além de máquinas e equipamentos, destacam-se, por sua contribuição negativa na composição da taxa de crescimento da indústria, os ramos calçados e artigos de couro (-5,0% no acumulado de janeiro a novembro de

⁶ Conforme a consultoria MB Associados, a queda estimada de quase 20% na receita agrícola de grãos em 2005 "(...) levou o agricultor a restringir ao mínimo o investimento em tecnologia e a postergar ao máximo a compra de insumos" (Rehder, 2005, p. B1). Um exemplo disso é o fato de que os recursos disponibilizados pelo BNDES para o Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras (Moderfrota), sempre muito disputados desde a sua criação em 2000, foram apenas parcialmente utilizados em 2005.

2005 e -20,2% e -18,7% na comparação de base mensal referente aos meses de outubro e novembro) e outros produtos químicos (taxa acumulada de -5,9% e taxas mensais de 0,8% e -12,6% respectivamente).

A situação do setor calçadista é a mais dramática, pois sofre pressões negativas tanto no mercado interno quanto no externo, devido ao real valorizado e aos custos de produção mais elevados em relação ao calçado chinês. A China é o maior fabricante (produção de 7,6 bilhões de pares em 2005 contra 700 milhões do Brasil, o terceiro colocado no *ranking*) e o maior exportador mundial (4,6 bilhões de pares contra 212 milhões do Brasil). A principal questão que se coloca com relação à presença da China nesse mercado é o seu baixo custo de produção, principalmente do fator mão-de-obra, que garante a fabricação de calçados por menos da metade do preço dos similares brasileiros. Assim, de um lado, tem-se o acirramento da concorrência por preço no mercado internacional, com prejuízos diretos para as empresas exportadoras, agravado pela impossibilidade de compensar integralmente a variação cambial, que faz com que muitas empresas estejam exportando com prejuízo⁷ (Bueno, 2005). De outro lado, o setor calçadista gaúcho vem sendo atingido duramente, no mercado interno, pela importação crescente de calçados chineses de baixo preço (as importações cresceram 67,8% em valor e 101,2% em volume nos primeiros 10 meses de 2005), o que vem contribuindo para o fechamento de fábricas e para demissões nas empresas do País.⁸

Mas o baixo custo da mão-de-obra na China, na faixa de US\$ 0,59 por hora, portanto, inferior ao do Nordeste (US\$ 0,75) e ao do Rio Grande do Sul (US\$ 1,04), ou a estrutura tributária em vigor não consistem nos principais motivos de perda de competitividade do calçado brasileiro no exterior. Segundo o Consultor da Abicalçados, Ênio Klein, o problema concentra-se no câmbio e na escala de produção. Além disso, são utilizadas formas ve-ladas de subfaturamento pelos importadores no País e pelos exportadores na China, visando à redução da inci-

dência de tributos, incluindo o Imposto de Importação de 35% (Bueno, 2005).

A grave situação da indústria de calçados no Rio Grande do Sul motivou uma ação mais concreta no final de 2005, quando empresários do setor e o Governador do Estado encaminharam ao Governo Federal uma lista de reivindicações, onde expressaram, dentre outros aspectos, sua preocupação com a supervalorização do real perante o dólar, a concorrência desigual com os calçados chineses, a elevada incidência tributária e a falta de financiamento para o setor. O Governo Federal anunciou a criação, pelo BNDES, de linha de crédito de pré-embarque de calçados corrigida apenas pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); a prorrogação por um ano do Programa de Financiamento de Capital de Giro do BNDES para o setor; e a organização de uma força-tarefa para agilizar a compensação do crédito do Plano de Integração Social (PIS) e da Contribuição ao Financiamento da Seguridade Social (Cofins) gerados nas exportações. Outras reivindicações, como a isenção do PIS/Cofins na compra de máquinas, equipamentos e matéria-prima, a adoção de restrições à importação de calçados chineses e a agilização das transferências de recursos da Lei Kandir, ainda serão examinadas. Entretanto o atendimento já concedido à parte das reivindicações encaminhadas deverá repercutir favoravelmente sobre o setor já no início de 2006 (Governo..., 2005).

⁷ De acordo com um estudo da Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (Unido), em 2003, o preço médio do calçado chinês no mercado internacional era de US\$ 2,77, e o do brasileiro, US\$ 8,21. A desvalorização do dólar frente ao real em 22% eleva o preço médio do par para US\$ 9,95, caso se busque recuperar todo o prejuízo (Bueno, 2005).

⁸ Até o início de dezembro, já haviam sido fechadas 57 empresas ou unidades no Rio Grande do Sul, desempregando cerca de 17 mil trabalhadores. Até mesmo grandes empresas, como a Azaléa e a Calçados Dilly, desativaram unidades e demitiram os empregados.

Tabela 4

Taxas de crescimento acumuladas da produção física da indústria, por seções e atividades, no Rio Grande do Sul — jan.-dez./04-jan.-nov./05

(%)

SEÇÕES E ATIVIDADES	MENSAL (1)		ACUMULADAS NO ANO (2)				
	Out./05	Nov./05	2004 (Jan.-dez).	2005			
				Jan.-mar.	Jan.-jun.	Jan.-set.	Jan.-nov.
Indústria geral	-6,60	-3,44	6,39	-3,40	-3,15	-3,43	-3,81
Indústria de transformação	-6,60	-3,44	6,39	-3,40	-3,15	-3,43	-3,81
Alimentos	5,14	14,33	-0,31	7,92	5,32	2,58	3,86
Bebidas	-6,58	4,89	6,98	3,06	-3,29	-2,00	-1,96
Fumo	4,71	2,59	26,84	-22,70	-5,80	-4,46	-3,99
Calçados e artigos de couro	-20,22	-18,66	0,69	4,71	4,97	-0,59	-5,05
Celulose, papel e produtos de papel	-13,71	-12,69	1,61	0,35	-0,76	1,47	-1,34
Edição, impressão e reprodução de gravações	3,44	-1,36	5,54	-0,32	2,51	2,65	2,35
Refino de petróleo e álcool	1,25	29,41	-6,17	-10,03	-5,21	3,19	4,97
Outros produtos químicos	0,78	-12,60	-0,56	-5,65	-5,71	-5,91	-5,85
Borracha e plástico	-0,07	-6,52	13,28	-8,93	-7,74	-8,07	-7,21
Metalurgia básica	-8,64	-5,11	14,62	2,18	-1,29	-4,04	-4,66
Produtos de metal — exclusive máquinas e equipamentos	-9,68	-0,14	8,67	16,23	5,93	0,57	-0,51
Máquinas e equipamentos	-19,51	-12,87	16,84	-16,55	-19,96	-19,21	-19,30
Veículos automotores	1,85	-6,26	21,75	-2,70	-2,61	-2,29	-2,28
Mobiliário	-15,17	-2,35	12,10	-13,73	-12,29	-10,46	-10,10

FONTE: PRODUÇÃO FÍSICA INDUSTRIAL; número-índice (2004/2005). Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 jan. 2005.

NOTA: Sem ajustamento sazonal.

(1) Os dados têm como base igual mês do ano anterior. (2) Os dados têm como base igual período do ano anterior.

Considerações finais

A indústria brasileira registrou, no período jan.-nov./05, um crescimento moderado, que resultou da opção do Governo por uma política econômica de controle da inflação, apoiada em câmbio valorizado, altas taxas de juros e superávit fiscal elevado. A tendência contracionista dessas medidas foi contrabalançada pelo ambiente externo excepcionalmente favorável, o que viabilizou a taxa de crescimento modesta de 3,1%.

O desempenho, contudo, não foi uniforme ao longo do período. No primeiro semestre, ocorreu uma expan-

são da atividade manufatureira, sustentada pelos bons resultados verificados no segundo trimestre, que parecia indicar uma retomada da fase de crescimento da produção. Essa tendência, no entanto, inverteu-se a partir de agosto, em razão dos crescentes problemas colocados pela política econômica restritiva.

A excelente *performance* do comércio internacional, impulsionado pela voracidade das compras chinesas, e o crédito ao consumidor sustentaram a produção de diversos segmentos industriais. Para o último trimestre do ano, pode-se esperar uma pequena melhora no nível de produção, motivada por um “alívio” fiscal, pelo fim dos ajustes nos estoques e pela redução da taxa de

juros. Ressalte-se, contudo, que esses fatores deverão atuar de forma mais intensa sobre a produção física industrial dos primeiros meses de 2006.

Para a indústria gaúcha, as previsões não se mostram tão otimistas. As perspectivas de retomada do dinamismo da atividade industrial ainda não são animadoras, uma vez que alguns elementos básicos do atual ambiente econômico desfavorável aos negócios, em especial a valorização cambial, tendem a continuar. É importante lembrar que o desempenho da economia gaúcha é mais sensível ao desempenho das exportações do que em outros estados do País, o que foi agravado pelas restrições aos créditos do ICMS às exportações durante o ano.

Entretanto a base de comparação deprimida de 2005 e a possibilidade de um melhor resultado para o setor agrícola, com impactos positivos na estrutura industrial gaúcha, dada a sua estreita ligação com o agronegócio, são fatores que deverão impulsionar o crescimento da atividade industrial do Rio Grande do Sul, embora em níveis relativamente modestos.

Referências

- ANO registra redução nos empregos. **Informe Econômico**. Porto Alegre, 26 dez. 2005/02 jan. 2006. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/noti37.htm>. Acesso em: 04 jan. 2006.
- BALANÇO econômico 2005 & perspectivas 2006. Porto Alegre, dez. 2005. Disponível em: <http://aplicativos.sistemafiergs.org.br/docsfiergs.nsf>. Acesso em: 26 dez. 2005.
- BUENO, Sérgio. Câmbio e escala explicam vantagem chinesa. **Valor Econômico**, p. A-3, 14 dez. 2005.
- CALANDRO, Maria Lucrecia; CAMPOS, Sílvia Horst. Produção industrial brasileira e gaúcha em 2003: mais um ano de estagnação. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 31, n. 4, p. 125-158, 2004.
- CARDOSO, Denis. Para economistas, crescimento será modesto, abaixo dos 3%. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p. A6, 17 dez. 2005.
- CARTA da ANFAVEA. São Paulo, n. 235, dez. 2005.
- DESEMPENHO da indústria gaúcha é o pior desde 1992. Porto Alegre, FIERGS, 08 dez. 2005. Disponível em: <http://www.fiergs.org.br/noti16.htm>. Acesso em: 14 dez. 2005.
- GARCIA, Manuel Enriquez. Nível de atividade e emprego. **Informações Fipe**, São Paulo, p. 10-11, nov. 2005. Disponível em: www.fipe.com.br/publicacoes/downloads/bif/2005. Acesso em: 18 dez. 2005.
- GONZAGA, Paulo; SALLES, Sílvia. Nível de atividade menor no terceiro trimestre. **Economia & Conjuntura**. Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Economia, ano 5, n. 63, p. 17-19, 2005.
- GONZAGA, Paulo; SALLES, Sílvia. O desempenho da indústria e do PIB surpreendem. **Economia & Conjuntura**. Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Economia, ano 5, n. 64, p. 16-18, 2005a.
- GOVERNO anuncia ações de apoio à indústria. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 7, 22 dez. 2005.
- MOREIRA, Edison Marques. Política monetária: Bacen eleva a taxa Selic no segundo semestre de 2004, para controlar as pressões inflacionárias na economia. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 32, n. 4, p. 39-52, 2005.
- INDICADORES IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física Brasil. Rio de Janeiro, out. 2005. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria. Acesso em: 15 dez. 2005.
- INDICADORES IBGE: pesquisa industrial mensal: produção física regional. Rio de Janeiro: out./nov. 2005a. Disponível em: www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria. Acesso em: 13 dez. 2005.
- PRATES, Caio. Panorama macroeconômico. **Economia & Conjuntura**. Rio de Janeiro, UFRJ, Instituto de Economia, ano 5, n. 63, p. 7-11, 2005.
- PRODUÇÃO de veículos em 2005 foi a maior da história. **Jornal do Comércio**, Porto Alegre, p. 10, 12 jan. 2006.
- REHDER, Marcelo. Despenca venda de máquina agrícola. **Estado de São Paulo**, 31 out. 2005, p. B1.
- SCHERER, André Luis Forti. Indústria gaúcha: a crise bate à porta em 2005. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v. 33, n. 2, p. 65-76, 2005.